



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Universitário Santo Agostinho

revista fsa

www4.unifsanet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 23, n. 8, art. 3, p. 48-71, ago. 2026

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2026.23.8.3>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Zeitschriftendatenbank



Mulheres, Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável: Uma Revisão Sistemática

Women, Solidarity Economy, and Sustainable Development: A Systematic Review

Adriana Ventola Marra

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais

Professora Titular da Universidade Federal de Viçosa-Campus Florestal

E-mail: aventola@ufv.br

Raquel Ventola Marra

Graduanda em Administração da Universidade Federal de Viçosa-Campus Florestal

Bolsista de iniciação científica pela FAPEMIG

E-mail: raquel.marra@ufv.br

Mariana Mayumi Pereira de Souza

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais

Professora Associada da Universidade Federal de Viçosa-Campus Florestal

E-mail: mariana.mayumi@ufv.br

Valéria Prochnow dos Anjos

Graduada em Comunicação Social

Bolsista de Desenvolvimento em Ciência, Tecnologia e Inovação (BDCTI) pela FAPEMIG

E-mail: val.revista@gmail.com

Endereço: Adriana Ventola Marra

Universidade Federal de Viçosa Campus Florestal -
Rodovia LMG 818, km 6 – Florestal, Minas Gerais, CEP
35.690-000, Florestal/MG, Brasil.

Endereço: Raquel Ventola Marra

Universidade Federal de Viçosa Campus Florestal -
Rodovia LMG 818, km 6 – Florestal, Minas Gerais, CEP
35.690-000, Florestal/MG, Brasil.

Endereço: Mariana Mayumi Pereira de Souza

Universidade Federal de Viçosa Campus Florestal -
Rodovia LMG 818, km 6 – Florestal, Minas Gerais, CEP
35.690-000, Florestal/MG, Brasil.

Endereço: Valéria Prochnow dos Anjos

Universidade Federal de Viçosa Campus Florestal –
Rodovia LMG 818, km 6 – Florestal, Minas Gerais,
CEP 35.690-000, Florestal/MG, Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 15/07/2026. Última versão recebida em 03/08/2026. Aprovado em 04/08/2026.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

Este estudo objetivou compreender, por meio de revisão sistemática de estudos publicados entre 2021 e 2025, as relações entre empoderamento feminino, economia solidária e desenvolvimento sustentável. O empoderamento feminino é entendido como processo contínuo e multidimensional (econômico, social, cultural e subjetivo). Trata-se de estudo qualitativo, com revisão sistemática pelo método PRISMA 2020. A coleta ocorreu nas bases Web of Science, Spell e Scielo. Após critérios de elegibilidade, foram selecionados 21 artigos, analisados por meio de análise de conteúdo. Os resultados apontaram que a economia solidária constitui espaço estratégico para o empoderamento feminino ao fortalecer organização coletiva, autonomia econômica e participação nos processos decisórios, contribuindo também para o desenvolvimento sustentável. Conclui-se que o empoderamento feminino, no contexto dos estudos analisados, pode ser categorizado como: ambivalente, relacional-coletivo, econômico-decisório, territorial e sociopolítico. Como agenda de pesquisa, foram propostos estudos que aprofundem nas dimensões individual e coletiva de forma conjunta, nas práticas produtivas territorializadas, na compreensão da gestão de empreendimentos de economia solidária liderados por mulheres, nas contradições do empoderamento ambivalente e nas perspectivas decoloniais.

Palavras-Chave: Empoderamento. Mulheres. Sustentabilidade. Associações. Cooperativas

ABSTRACT

This study aimed to understand the relationships between female empowerment, solidarity economy, and sustainable development through a systematic review of studies published between 2021 and 2025. Female empowerment is understood here as a continuous and multidimensional process (encompassing economic, social, cultural, and subjective dimensions). This qualitative study conducted a systematic review following the PRISMA 2020 statement. Data collection was carried out in the Web of Science, Spell, and SciELO databases. After applying the eligibility criteria, 21 articles were selected and analyzed using content analysis. The results indicated that the solidarity economy constitutes a strategic space for female empowerment by strengthening collective organization, economic autonomy, and participation in decision-making processes, thereby also contributing to sustainable development. The study concludes that female empowerment, within the context of the analyzed literature, can be categorized as: ambivalent, relational-collective, economic-decisional, territorial, and socio-political. Finally, the proposed research agenda suggests future studies that deeply explore both individual and collective dimensions simultaneously, localized productive practices, the management of women-led solidarity economy enterprises, the contradictions of ambivalent empowerment, and decolonial perspectives.

Keywords: Empowerment. Women. Sustainability. Associations. Cooperatives.

1 INTRODUÇÃO

A expressão “empoderamento feminino” tem sido empregada, nas últimas décadas, como um conceito-chave nos debates sobre equidade de gênero, cidadania e desenvolvimento sustentável. Destaca-se sua presença como Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 da Agenda 2030, que é descrito como “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (ONU, 2015). Dando continuidade a essa agenda, em junho de 2021, foi lançado o Plano de Aceleração Global para a Igualdade de Gênero no Fórum Geração Igualdade, com a previsão de investimentos de 40 bilhões de dólares, por instituições públicas e privadas, até 2027 (ONU, 2021).

Instituições públicas e privadas também têm discutido e demonstrado preocupação com questões voltadas para a diversidade e equidade de gênero. Assim, presente em agendas políticas e institucionais, o empoderamento feminino se tornou uma categoria estratégica de análise e ação (ANDERSON, 2022; BAQUERO, 2012). Embora avanços tenham sido observados na promoção dos direitos das mulheres, a violência e a discriminação de gênero permanecem como desafios. Dados referentes ao período de abril de 2024 a março de 2025 indicam que 37,5% das mulheres brasileiras sofreram algum tipo de violência, abrangendo as dimensões física, psicológica, moral, sexual e patrimonial (BUENO, 2025). Diante dos dados, diversos autores apontam que desenvolver práticas e políticas que promovam processos de empoderamento feminino, ampliando a capacidade de agência, participação social e acesso a recursos para as mulheres, contribui diretamente para a redução da vulnerabilidade e da violência de gênero (DURAND *et al.*, 2021; SOARES *et al.*, 2023; PIZARRO, 2023; HELD; CAMPOS, 2022).

O empoderamento feminino tem sido estudado a partir de duas dimensões: a individual e a coletiva (ANDERSON, 2022; BERTH, 2019; CORNWALL, 2018; 2024; SIMON; BOEIRA, 2017). Na dimensão individual, o significado do empoderamento está vinculado à autoestima, autoafirmação e autoconfiança, e na coletiva, as mulheres aumentam suas capacidades e seus recursos para exercer poder sobre suas vidas, a partir da emancipação (BAQUERO, 2012; BERTH, 2019).

Sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável, o empoderamento feminino transcende o fortalecimento individual das mulheres, configurando-se como um processo de transformação das relações de poder e de enfrentamento coletivo das desigualdades sociais historicamente construídas (ANDERSON, 2022; BERTH, 2019). Nesse sentido, o empoderamento só acontece efetivamente na dimensão coletiva, a partir de economia

solidária (SIMON; BOEIRA, 2017). A economia solidária possibilita a autonomia econômica, política e social das mulheres, pois fortalece o coletivo ao estabelecer relações econômicas baseadas na solidariedade e na reciprocidade (SINGER, 2002), configurando-se como uma economia plural (LAVILLE; SILVA, 2024) e contribuindo para o desenvolvimento sustentável (SACHS, 2002; VEIGA, 2019).

A partir do contexto apresentado, buscou-se compreender, por meio de uma revisão sistemática de estudos publicados entre 2021 e 2025, as relações entre empoderamento feminino, práticas de economia solidária e desenvolvimento sustentável. Pesquisas evidenciam a importância de estudos nacionais sobre empoderamento feminino, considerando as contradições da conjuntura neoliberal e as especificidades do Sul Global (ANDERSON, 2024; CORNWALL, 2018). Outros estudos discutem suas relações com o desenvolvimento econômico e sustentável (DOEPKE; TERTILT, 2019), bem como os impactos da herança colonialista sobre as desigualdades de gênero (GUARNIERI; RAINER, 2021) nessas regiões. Contudo, a associação entre empoderamento feminino, economia solidária e desenvolvimento sustentável ainda carece de investigações integradas. As pesquisas tendem a focar, principalmente, em práticas de economia solidária e as contribuições para o empoderamento feminino (CASTIBLANCO-MORENO; DUQUE, 2022; SIMON; BOEIRA, 2017; SOARES *et al.*, 2023), ou nas relações entre empoderamento e desenvolvimento sustentável (DOEPKE; TERTILT, 2019; DURAND *et al.*, 2021; VENTURA *et al.*, 2021).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para Sen (1997), o empoderamento é um processo de ampliação das capacidades humanas, em que os indivíduos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, passam a ter maior controle sobre suas próprias vidas e decisões. Page e Czuba (1999) compreendem o empoderamento como um processo contínuo de mudança, baseado no desenvolvimento individual, na construção comunitária e na ação coletiva.

A partir dessas definições, entende-se que empoderar implica construir poder de ação social, fortalecer a capacidade das pessoas e grupos para efetivamente transformar as relações de poder (BAQUERO, 2012; BERTH, 2019; PAGE; CZUBA, 1999). Berth (2019, p. 154) reforça que “não é possível empoderar alguém, senão uma ação que se faz em conjunto, bem distante do empoderamento pasteurizado, de fachada, paternalista, mais interessado em manter o estado atual das coisas”.

A utilização da expressão empoderamento feminino começa a ser disseminada pelos estudos de gênero como uma resposta à necessidade de reconhecer as mulheres não apenas como beneficiárias de políticas públicas, mas como sujeitas ativas de transformação social (DURAND *et al.*, 2021). O empoderamento feminino tem um caráter multidimensional (BAQUERO, 2012; BERTH, 2019; CORNWALL, 2018; SIMON; BOEIRA, 2017). Ele pode ser compreendido a partir da dimensão individual e da dimensão coletiva. Em sua dimensão individual, o empoderamento refere-se ao fortalecimento da autoestima, da autoconfiança e da autoafirmação, favorecendo o desenvolvimento da capacidade de adquirir conhecimentos e exercer maior controle sobre os próprios recursos e potencialidades. Esse processo amplia a autonomia dos indivíduos, possibilitando que atuem de maneira consciente na transformação de suas condições de vida. Diz respeito “ao aumento da capacidade de os indivíduos se sentirem influentes nos processos que determinam suas vidas” (BAQUERO, 2012, p. 176).

Na dimensão coletiva, o empoderamento perpassa o “processo de capacitação de grupos ou indivíduos desfavorecidos para a articulação de interesses, buscando a conquista plena dos direitos de cidadania, defesa de seus interesses e influenciar ações do Estado” (BAQUERO, 2012, p. 178). Destaca-se que essa perspectiva corrobora com Baquero (2012), Berth (2019) e Page e Czuba (1999), pois não se trata de “conceder poder às pessoas”, mas no sentido da emancipação.

Em relação à dimensão individual, também tem o que se pode chamar de apropriação neoliberal do conceito de empoderamento feminino. Segundo Cornwall (2018), o discurso dominante propagado pelas políticas públicas de desenvolvimento voltadas para as mulheres tem promovido o chamado “empoderamento light”. Esse baseia-se na ideia de que o empreendedorismo e a meritocracia individual seriam suficientes para emancipar as mulheres. Tal abordagem desloca o foco da transformação social para a responsabilização individual. Com isso, o empoderamento passa a ser entendido como um projeto de autoaperfeiçoamento, mantendo desigualdades estruturais de gênero. Segundo Cornwall (2018), trata-se de uma forma de “domesticação” do conceito, que restringe sua potência transformadora e despolitiza demandas históricas por equidade, justiça e inclusão.

A partir da dimensão coletiva, ao contrário do “empoderamento light”, a economia solidária tem auxiliado no desenvolvimento de práticas sustentáveis com a real possibilidade de emancipação. Entende-se por economia solidária um conjunto de práticas associativas e autogeridas (por exemplo, cooperativas e associações) que priorizam o bem-estar humano em detrimento da acumulação de capital (SINGER, 2002; LAVILLE; SILVA, 2024). Segundo Singer (2002), essa forma de organização não apenas promove inclusão socioeconômica, mas

também fortalece comunidades locais ao estruturar relações econômicas fundamentadas na solidariedade e na reciprocidade. Laville e Silva (2024) complementam afirmando que a economia solidária não se restringe à esfera do trabalho. Ela também deve, segundo os autores, incorporar as dimensões política, cultural e social, configurando-se, assim, em uma economia plural.

Nesse sentido, “economia solidária” difere de outros termos correlatos, como “economia social”, pela ênfase na dimensão política, voltada à formação cidadã em sua prática. Apesar de sua origem ser remontada ao movimento associativista operário da primeira metade do século XIX na Europa, a economia solidária floresceu fortemente no contexto latino-americano a partir das últimas décadas do século XX (FRANÇA FILHO, 2002; GAIGER, 2021).

Segundo a WCED (1987), o desenvolvimento sustentável consiste em um modelo de desenvolvimento orientado para a satisfação das necessidades da geração atual, assegurando, ao mesmo tempo, que as gerações futuras disponham dos recursos e das condições necessárias para atender às suas próprias necessidades. Nesse sentido, as dimensões econômica, social e ambiental de desenvolvimento são indissociáveis, sendo, segundo Sachs (2002) e Veiga (2019), um projeto multidimensional orientado pela equidade social, pela eficiência econômica e pela sustentabilidade ambiental. O desenvolvimento sustentável, então, requer a redução das desigualdades estruturais, transformações institucionais e novas formas de governança que envolvam mudanças nos valores sociais (VEIGA, 2019).

Nesse contexto, a economia solidária é um caminho a ser considerado para promoção do desenvolvimento sustentável, propiciando a capacidade de escolha, de agência e de transformação das relações sociais que produzem desigualdades de gênero (LAVILLE; SILVA, 2019; SINGER, 2002). Estudos apontam que empreendimentos de economia solidária liderados por mulheres tendem a articular geração de renda, fortalecimento comunitário e práticas socioambientais responsáveis, reforçando a interdependência entre empoderamento feminino e sustentabilidade (ONU, 2015; SOARES *et al.*, 2023).

A partir das discussões teóricas de Laville e Silva (2024), Sachs (2002), Singer (2002) e Veiga (2019) e dos apontamentos de Castiblanco-Moreno e Duque (2022), Simon e Boeira (2017) e Soares *et al.* (2023), são indicadas possibilidades de que a economia solidária favoreça o empoderamento feminino, tanto pela autonomia econômica quanto pela participação política e comunitária, integrando dimensões materiais, sociais, políticas e simbólicas da emancipação, e o desenvolvimento sustentável.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo seguiu uma abordagem qualitativa em que foi realizada uma revisão sistemática, utilizando o método PRISMA 2020 (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta- analyses). O protocolo da revisão sistemática foi elaborado previamente, definindo-se a questão de pesquisa, os critérios de elegibilidade, as bases de dados consultadas e os procedimentos de análise, em consonância com as recomendações do PRISMA 2020, disponibilizadas em Page *et al.* (2023). Tais recomendações contam com um *check list* composto por 27 itens (que englobam título, resumo, introdução, métodos, resultados, discussão e outras informações) (Page *et al.*, 2023). Como ferramenta de apoio para triagem e organização das referências, foi utilizado o software Parsifal (<https://parsif.al/>).

A coleta de dados ocorreu nas bases de dados Web of Science® (WoS), Spell e Scielo. A estratégia de busca foi a partir do seguinte descritor: ("feminine" OR "woman*" OR "female empowerment" OR "women empowerment" OR "gender empowerment") AND ("sustainability" OR "sustainable development") AND ("association" OR "cooperative" OR "cooperativism" OR "solidarity economy" OR "social economy" OR "social and solidarity economy"). Foram utilizados os seguintes filtros de pesquisa: (i) idiomas: português, inglês e espanhol; (ii) período: 2021 a 2025 (inclusive); (iii) artigos revisados por pares; (iv) periódicos das áreas de ciências humanas e sociais aplicadas. A pesquisa em todas as bases de dados foi realizada em dezembro de 2025.

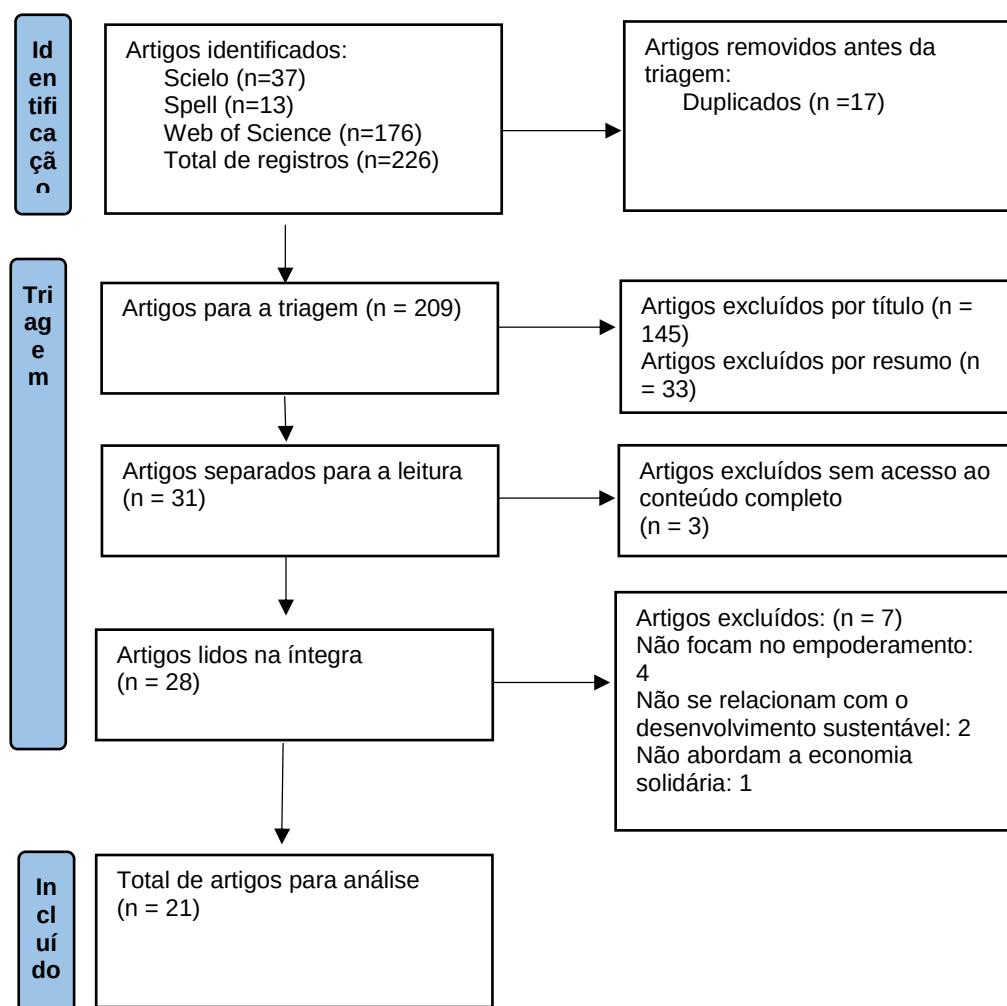
Os critérios de elegibilidade foram divididos em inclusão e exclusão. Como critérios de inclusão, selecionaram-se estudos que abordassem o empoderamento feminino articulado à dimensão coletiva, à economia solidária e ao desenvolvimento sustentável. Como critérios de exclusão, foram retirados artigos que tratassem o empoderamento apenas em sua dimensão individual ou vinculados exclusivamente ao chamado “empoderamento light”. Também foram excluídos estudos desvinculados de contextos sociais e políticos ou que não abordassem práticas de economia solidária e desenvolvimento sustentável.

Após a busca nas bases de dados, com os filtros aplicados, foram encontrados 226 artigos. Foram removidos 17 duplicados, resultando em 209 para a triagem. Primeiramente, foi realizada a leitura dos títulos, sendo excluídos 145 artigos. Depois, foi feita a leitura dos resumos, o que resultou na exclusão de 33 artigos. Assim, foram separados 31 artigos para a leitura na íntegra, porém 3 foram excluídos por não permitirem o acesso a seu conteúdo completo. Após a leitura dos 28 artigos, sete foram excluídos por não estarem dentro dos

critérios de elegibilidade, totalizando em 21 artigos para análise. O Diagrama de fluxo PRISMA permite visualizar o percurso metodológico da revisão realizada (Figura 01).

O método usado para decidir se um estudo atendeu aos critérios de inclusão da revisão foi composto de: (i) leitura por dois revisores, trabalhando de forma independente; (ii) respostas positivas às seguintes perguntas para os títulos e resumos: O estudo está alinhado à temática investigada? O estudo remete a algum dos termos contidos no descritor no título, resumo ou palavras-chave? (iii) respostas positivas às seguintes perguntas para a leitura do artigo na íntegra: O estudo aborda a dimensão coletiva do empoderamento feminino? O estudo se relaciona ao desenvolvimento sustentável? O estudo aborda práticas de economia solidária? Os artigos foram incluídos quando houve concordância dos dois revisores.

Figura 01: Diagrama de fluxo para novas revisões sistemáticas que incluíram apenas buscas em bancos de dados e registros



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de Page et al. (2023)

O processo de coleta de dados dos artigos foi orientado a partir da elaboração de dois quadros: um para a caracterização dos estudos e outro para a análise comparativa dos estudos. Para o primeiro quadro foram levantados o idioma, país e ano de publicação, autores, periódico, sujeitos de pesquisa, natureza e tipo da pesquisa. Para o segundo, foram destacados o objetivo, posicionamento epistemológico, dimensão do empoderamento priorizada, instrumentos de medida, evidências empíricas que relacionam o empoderamento com a economia solidária e o desenvolvimento sustentável, principais resultados e sugestões de pesquisas futuras.

Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2016). Bardin (2016) estabelece que sejam realizadas três fases de análise: pré-análise, exploração do material, tratamento dos dados e interpretação. A primeira fase, pré-análise, com a leitura flutuante do material, foi operacionalizada pela leitura dos títulos, resumo, palavras-chaves e artigos completos. Na exploração do material, para a análise comparativa foram montados os dois quadros, referidos no parágrafo anterior. Por fim, no tratamento e interpretação dos dados, foram realizadas análises de aproximações e diferenciações quanto às perspectivas teóricas adotadas, resultados alcançados, categorias de empoderamento feminino em contextos de economia solidária e desenvolvimento sustentável e a agenda de pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização dos estudos selecionados

Na caracterização dos estudos selecionados na revisão sistemática pelos critérios de elegibilidade adotados, seguindo o protocolo PRISMA, foram destacados o idioma de publicação, o ano, o país de origem, o periódico, a abordagem metodológica e os sujeitos de pesquisa. No Quadro 1 são apresentados tais aspectos.

Quadro 1: Caracterização dos estudos selecionados

Nº	Autores	Ano	País	idioma	Periódico	Met.	Sujeitos de pesquisa
1	Arciprete et al.	2025	BRA	Português	Revista Brasileira de Enfermagem	QL	Mulheres da cooperativa de costureiras
2	Barrios, Taborda & Rueda	2025	COL	Inglês	Social Indicators Research	MM	Cafeicultoras
3	Medeiros & Cruz	2025	BRA	Português	Revista Brasileira da Educação	RL	Não se aplica

					Profissional e Tecnológica		
4	Rodrigues & Cenci	2025	BRA	Português	Revista NERA	QL	Mulheres de assentamentos rurais
5	Vasishta & Singla	2025	IND	Inglês	International Journal of Social Economics	MM	Mulheres membras de Grupos de apoio mútuo
6	Castaño, Lizarralde & García	2024	COL	Espanhol	Equidad y Desarrollo	QL	Mulheres empreendedoras rurais
7	Salcedo et al.	2024	PER	Inglês	Social Indicators Research	QT	Mulheres de baixa renda em 45 países
8	Araújo & Barros	2024	BRA	Português e inglês	Revista de Administração Contemporânea	QL	Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém
9	Soares, Rebouças & Lázaro	2024	BRA	Português e inglês	Cadernos EBAPE.BR	QL	Mulheres pertencentes à Rede Feminista da Economia Solidária (Resf) no Ceará
10	Bastida et al.	2024	ESP	Inglês	Annals of Public and Cooperative Economics	QT	Mulheres empreendedoras de negócios de economia solidária
11	Ishfaq, Abedullah & Kouser	2023	PAK	Inglês	Global Social Welfare	QT	Mulheres de assentamentos rurais
12	Pizarro	2023	ARG	Espanhol	Revista de Ciencias Humanísticas y Sociales (ReHuSo)	QL	Mulheres agricultoras pertencentes ao Unión de Trabajadores y Trabajadoras de la Economía Popular -UTEP- Argentina
13	Soares, Rebouças & Lázaro	2023	BRA	Português e inglês	Organizações & Sociedade	QL	Mulheres pertencentes a Rede Feminista da Economia Solidária (Resf) no Ceará
14	Paula	2023	BRA	Português	Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia	QL	Mulheres de assentamentos rurais
15	Brandão, Barbosa & Bergamasco	2023	BRA	Português	Revista de Economia e Sociologia Rural	QL	Associação de mulheres na agroecologia de Sergipe
16	Castiblanco-Moreno & Duque	2022	COL	Inglês	Acta Colombiana de Psicología	QL	Não se aplica
17	Held & Campos	2022	BRA	Inglês	Revista Katálysis	QL	Mulheres quilombolas voltadas para atividades rurais
18	Ventura et al.	2021	PRT	Inglês	Sustainability	QL	Mulheres cientistas

19	Sartini & Sánchez	2021	EUA	Inglês	Social Work	QL	Mulheres pescadoras membros de uma cooperativa no México
20	Santos	2021	BRA	Português	Ambiente & Sociedade	QL	Associação de Mulheres Agroextrativistas
21	Soler-i-Martí et al.	2021	ESP	Inglês	Young	QL	Jovens mulheres que estão vivenciando a "transição da escola para o trabalho"

Fonte: Elaboração própria (2026)

Obs.: QT = Quantitativo, QL = Qualitativo, MM = Método Misto, RL = Revisão da Literatura.

Dos 21 artigos analisados, ressalta-se que apenas quatro estudos são de países pertencentes ao Norte Global. A maior concentração de estudos oriundos do Sul Global pode ser explicada, primeiramente, pela maior tradição no uso do termo “economia solidária” nestes países, sendo o termo “economia social” mais comum no Norte Global. Apesar de ambos os termos serem frequentemente utilizados como sinônimos ou complementares, entende-se que o primeiro apresenta um projeto político de transformação social mais proeminente (GAIGER, 2021).

Para além da questão conceitual, enquanto fenômeno social, a emergência de uma economia solidária está relacionada intimamente às especificidades do contexto histórico e sociocultural do Sul Global, marcado por profundas desigualdades de gênero, sociais e econômicas (GAIGER, 2021). Segundo Singer (2002), a economia solidária surge como resposta concreta às falhas estruturais do mercado de trabalho e à exclusão social, sendo fortemente impulsionada por movimentos sociais, organizações populares e iniciativas comunitárias, características tipicamente presentes nesses países. Estudos também indicam maior desigualdade de gênero no Sul Global decorrente da articulação entre estruturas patriarcais do período colonial, desigualdades socioeconômicas e divisão sexual do trabalho (ANDERSON, 2024; HELD; CAMPOS, 2022; PIZARRO, 2023; SOARES *et al.*, 2023). Tal contexto pode ter justificado a centralidade dos interesses acadêmicos nas experiências do Sul Global, para as temáticas de empoderamento feminino, economia solidária e desenvolvimento sustentável.

Essa revisão abrangeu o período de 2021 a 2025, não havendo destaque para nenhum dos anos. No que tange ao periódico de publicação, houve grande diversidade, sendo que apenas um teve dois artigos publicados: Social Indicators Research, nos estudos de Barrios *et al.* (2025) e Salcedo *et al.* (2024).

Em relação aos aspectos metodológicos, 16 estudos tiveram abordagem qualitativa, três de abordagem quantitativa e dois utilizaram métodos mistos. Também houve dois estudos de revisão de literatura (CASTIBLANCO-MORENO; DUQUE, 2022; MEDEIROS; CRUZ,

2025), um de relato de experiência de atividade de extensão (ARCIPRETE *et al.*, 2025) e 18 de estudos teórico-empíricos. Para os estudos teórico-empíricos, os principais meios de coletas de dados foram: observação participante, entrevistas, história oral, grupos focais e *surveys*. Quanto aos autores, os únicos recorrentes são Maria de Nazaré Moraes Soares, Sílvia Maria Dias Pedro Rebouças e José Carlos Lázaro.

Por fim, quanto aos sujeitos de pesquisa, existe uma predominância de mulheres rurais, em onze artigos, sendo vinculadas a: produção de alimentos in natura (6), pequenas agroindústrias de pães, doces e compotas (2), extrativismo (2), em pescados ou biojoias, e ramos diversos (1). Três desses artigos foram oriundos de trabalhos com mulheres residentes em assentamentos rurais e um com mulheres quilombolas.

4.1.1 Perspectivas teóricas

Quanto às perspectivas teóricas dos estudos selecionados, foram analisados os posicionamentos epistemológicos, as dimensões do empoderamento priorizadas e as proposições de instrumentos de medida.

Apenas cinco estudos apresentaram claramente seus posicionamentos epistemológicos: três decoloniais (CASTAÑO *et al.*, 2024; HELD; CAMPOS, 2022; PIZARRO, 2023) e dois pós-coloniais (SOARES *et al.*, 2023; 2024). Ambos os posicionamentos criticam o eurocentrismo e as estruturas de poder que historicamente marginalizaram saberes não-europeus, embora apresentem diferenças conceituais e de foco. Sob o olhar decolonial, o empoderamento é compreendido a partir da crítica estrutural ao sistema moderno/colonial de poder, no qual gênero, raça, classe e territorialidade são dimensões inseparáveis (CASTAÑO *et al.*, 2024; HELD; CAMPOS, 2022; PIZARRO, 2023). Segundo Pizarro (2023, p.167), a interseccionalidade “vai além do cruzamento de categorias; na verdade, as feministas decoloniais falam de uma inseparabilidade dos elos do sistema de poder”. Assim, o empoderamento feminino não pode ser analisado de forma fragmentada, e a perspectiva decolonial “contribui para uma compreensão mais completa e contextualizada dos desafios e oportunidades” dessas mulheres (CASTAÑO *et al.*, 2024, p. 240). Nesse sentido, Held e Campos (2022) ressaltam que as práticas emancipatórias protagonizadas por mulheres negras quilombolas assumem caráter coletivo e inclusivo, orientando-se pela ruptura gradual com estruturas machistas, racistas, eurocêtricas e capitalistas. O empoderamento, portanto, adquire um sentido político e contra-hegemônico, no qual a coletividade se sobrepõe ao

individualismo e a emancipação é entendida como processo social compartilhado (HELD; CAMPOS, 2022; PIZARRO, 2023).

Sob a ótica pós-colonial, o empoderamento demanda atenção às especificidades históricas, culturais e territoriais das mulheres, evitando generalizações analíticas que invisibilizam suas experiências (SOARES *et al.*, 2023; 2024). Soares, Rebouças e Lázaro (2023) destacam que diferentes mulheres enfrentam dilemas próprios, condicionados por suas inserções sociais, o que exige abordagens sensíveis às dinâmicas locais. Essa perspectiva amplia o entendimento do empoderamento ao dialogar com as economias feministas e a economia solidária, reconhecendo a pluralidade de lógicas produtivas e organizativas construídas pelas mulheres em contextos específicos (SOARES *et al.*, 2023; 2024). Os dois posicionamentos reforçam a definição de empoderamento de Berth (2019, p.21) como um “instrumento de emancipação política e social e não se propõe a viciar ou criar relações paternalistas, assistencialistas ou de dependência entre indivíduos”.

No quadro 2, os estudos teórico-empíricos e o relato de experiência foram divididos nas dimensões individual e/ou coletiva, seguindo a que foi priorizada pelos autores. Destaca-se que todos os estudos, em certa medida, exploram a dimensão coletiva considerando que esse foi um dos critérios de elegibilidade, porém aqui destacou-se a dimensão que foi priorizada nas análises.

Quadro 02: Dimensões de empoderamento priorizadas nos estudos selecionados

Dimensões	Autores
Individual e coletiva	Rodrigues & Cenci (2025), Vasishta & Singla (2025); Santos (2021), Sartini & Sánchez (2021), Araujo & Barros (2024); Soler-i-Martí <i>et al.</i> (2021)
Coletiva	Brandão <i>et al.</i> (2023); Paula (2023); Pizarro (2023); Held & Campos (2022); Soares <i>et al.</i> (2023); Soares <i>et al.</i> (2024); Castaño <i>et al.</i> (2024)
Individual	Arciprete <i>et al.</i> (2025), Bastida <i>et al.</i> (2024), Ventura <i>et al.</i> (2021) Ishfaq <i>et al.</i> (2023), Salcedo <i>et al.</i> (2024), Barrios <i>et al.</i> (2025)

Fonte: Elaboração própria (2026)

Seis estudos consideram que as dimensões individual e coletiva do empoderamento não são excludentes, mas interdependentes. Rodrigues e Cenci (2025) defendem que o empoderamento feminino pode ocorrer simultaneamente nos níveis individual e coletivo, uma vez que transformações subjetivas estão profundamente articuladas às experiências coletivas de organização e participação social. Santos (2021) também evidencia que a inserção das mulheres em associações contribui não apenas para a geração de renda, mas também para o fortalecimento dos vínculos sociais, do acesso à informação e da valorização simbólica de suas trajetórias. Soler-i-Martí *et al.* (2021) evidenciam que o empoderamento individual das

jovens mulheres nas transições da escola para o mundo do trabalho só se torna sustentável e profundo quando ancorado em práticas econômicas coletivas e solidárias. Vasishta e Singla (2025) reforçam que empoderamento individual das mulheres fortalece o grupo, e o coletivo garante que o empoderamento individual não retroceda.

A dimensão coletiva é priorizada em sete estudos. Nesses, as análises sobre autogestão, economia solidária, trabalho colaborativo, participação social e emancipação ganham destaque. Brandão *et al.* (2023) indicam que a autogestão favorece práticas democráticas e promove a inclusão socioproductiva de mulheres rurais, impactando positivamente suas condições de vida e ampliando suas possibilidades de emancipação. Complementarmente, Paula (2023) evidencia que a criação de espaços coletivos próprios constitui uma estratégia de resistência às opressões machistas cristalizadas no território rural, permitindo que as mulheres se afirmem como agentes de transformação social.

Por fim, com priorização na dimensão individual, foram encontrados seis estudos. Contudo, ressalta-se que, como apontado pelos autores, embora frequentemente essa dimensão seja associada ao desenvolvimento pessoal e profissional, não pode ser dissociada das condições estruturais que moldam as trajetórias das mulheres. Arciprete *et al.* (2025) apontam que a compreensão integral das mulheres, incluindo aspectos relacionados à saúde e ao bem-estar, é fundamental para promover impactos reais na qualidade de vida e na sustentabilidade de seus empreendimentos. Ventura et al. (2021) acrescentam que persiste a pressão simbólica para que as mulheres provem continuamente sua competência e legitimidade nos espaços profissionais.

Dois dos estudos fazem proposições de instrumentos de medida do empoderamento feminino. O Quadro 3 apresenta as principais características de tais instrumentos e seus autores, sendo o primeiro estudo do Paquistão e o segundo do Peru.

Quadro 3: Instrumentos de medida de empoderamento feminino propostos pelos estudos

Características do instrumento	Autores
Rural Women’s Composite Empowerment Index (RWCEI) tem foco em nove domínios (empoderamento econômico, autonomia, tomada de decisões, qualificação, alocação de tempo, mobilidade, empoderamento político, conscientização e violência)	Ishfaq et al. (2023)
Índice de Empoderamento Multidimensional das Mulheres (MWEI) de 15 e 49 anos que sejam casadas ou em coabitação	Salcedo et al. (2024)

Fonte: Elaboração própria (2026)

Ishfaq *et al.* (2023) constroem o *Rural Women’s Composite Empowerment Index* (RWCEI): um instrumento de medida que abrange nove domínios de empoderamento

(econômico, autonomia, decisões, qualificação, tempo, mobilidade, político, conscientização e violência) e quatorze subdomínios. Os autores entendem que empoderamento feminino somente é possível quando engloba recursos (supremacia em capital físico, intelectual, humano e financeiro), agência (competência, habilidade e liberdade para fazer escolhas voluntariamente) e realização (recursos e capacidade de ação, em conjunto). O instrumento foi validado, por análise fatorial exploratória, utilizando dados de 1881 mulheres de famílias rurais do Paquistão. Esse índice classifica as mulheres em quatro grupos: empoderamento alto, médio, baixo ou nenhum.

Por sua vez, Salcedo *et al.* (2024) propõem o Índice de Empoderamento Multidimensional das Mulheres (MWEI). O índice foi construído e validado, empregando a metodologia Alkire-Foster, utilizada na medição de pobreza e privação multidimensional, a partir dos dados de mulheres em união estável, com idades entre 15 e 49 anos, em 45 países de baixa e média renda. O MWEI apresenta quatro dimensões, com dois indicadores cada: (i) saúde (saúde sexual e reprodutiva e controle sobre os cuidados de saúde), (ii) ambiente material (controle sobre as compras das famílias e controle sobre os rendimentos), (iii) relacionamentos sociais (autonomia nas relações sociais e liberdade de associação) e (iv) integridade física (aceitação de violência física e violência por parceiro íntimo). Eles identificam uma mulher como empoderada se ela atingir suficiência em pelo menos seis desses indicadores.

Tanto o RWCEI quanto o MWEI utilizam uma perspectiva multidimensional do empoderamento, porém eles apresentam algumas diferenciações quanto ao seu uso. O RWCEI foi construído para um contexto específico do Paquistão, voltado para subsidiar políticas públicas direcionadas a essa população rural, assim pode apresentar limitações para as comparações internacionais. Por sua vez, o MWEI, adota um método padronizado e já foi testado em 45 países, favorecendo tais comparações e alinhamento com os ODS, porém ao agrupar contextos diversos em um só índice acaba por não considerar as especificidades culturais e contextuais.

4.1.2 Categorias de empoderamento feminino em contextos de economia solidária e desenvolvimento sustentável

A partir da análise das evidências empíricas dos estudos e do referencial teórico, percebeu-se que o empoderamento feminino nesse contexto pode ser categorizado em: ambivalente, relacional-coletivo, econômico-decisório, territorial e sociopolítico.

Na primeira categoria, empoderamento ambivalente, percebe-se que a economia solidária pode tanto emancipar quanto reproduzir desigualdades. Tais desigualdades estão relacionadas à distribuição dos papéis de gênero, à sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado, a autoexploração, a invisibilização do trabalho e à limitada autonomia sobre recursos produtivos e financeiros. Essa realidade pode impactar diretamente o bem-estar subjetivo dessas mulheres (BARRIOS *et al.*, 2025), reproduzindo desigualdades históricas de gênero, especialmente no meio rural (CASTAÑO *et al.*, 2024; ISHFAQ *et al.*, 2023; SALCEDO *et al.*, 2024). Barrios *et al.* (2025) investigam uma associação de agricultores formada tanto por homens quanto mulheres e afirmam que em função da divisão sexual do trabalho, as mulheres, ao se inserirem na associação, acumularam as tarefas domésticas e produtivas, trazendo uma redução no seu tempo livre com impacto emocional negativo. Por sua vez, Ishfaq *et al.* (2023), ao estudarem as mulheres rurais do Paquistão, concluem que, embora essas mulheres mostrem alguma forma de agência em mobilidade e alocação de tempo, permanecem desprovidas de poder nos domínios educacionais e econômicos. Soler-i-Martí *et al.* (2021) afirmam que as mulheres são muito engajadas com o propósito social dos empreendimentos, causando uma possível autoexploração, o que pode levar ao *burnout* a longo prazo. Castaño *et al.* (2024, p.238) ao pesquisarem empreendedoras rurais na Colômbia afirmam que essas mulheres sofrem de uma "invisibilização na economia familiar e do desconhecimento de seu trabalho agrícola em pequena escala", causada pela falta de distinção entre o trabalho produtivo e o doméstico não remunerado.

A segunda categoria refere-se ao empoderamento relacional-coletivo, ou seja, o empoderamento que emerge das interações coletivas. Os resultados dos estudos reforçam a centralidade da organização coletiva do trabalho como promotora de relações mais horizontais, solidárias e cooperativas (RODRIGUES; CENCI, 2025; SOLER-I-MARTÍ *et al.*; 2021), corroborando com a própria definição do construto apontada por Singer (2002) e Laville e Silva (2024). A dinâmica coletiva favorece a participação ativa nas decisões, o planejamento compartilhado e o fortalecimento do sentimento de pertencimento ao grupo, contribuindo para processos de aprendizagem coletiva e produção compartilhada do conhecimento (BRANDÃO *et al.*, 2023; MEDEIROS; CRUZ, 2025; RODRIGUES; CENCI, 2025; SARTINI; SÁNCHEZ, 2021; SOARES *et al.*, 2023). Sartini e Sánchez (2021), ao investigarem a cooperativa *Mujeres Pescadoras del Manglar* no México, concluem que a participação em coletivos proporciona aprendizados e amplia a capacidade das mulheres de influenciar decisões que afetam suas vidas e suas comunidades. Esse ambiente coletivo também facilita, além da aprendizagem, a gestão orgânica dos conflitos, que emergem das

interações cotidianas e, quando enfrentados de forma coletiva, reforçam processos de empoderamento e coesão social (SOARES *et al.*, 2024).

Os estudos também evidenciam a terceira categoria chamada de empoderamento econômico-decisório, que quando articulado à economia solidária, produz efeitos sociopolíticos e simbólicos mais amplos. Tal relação pode ser observada, dentre outros aspectos, no fato de que ao fazer parte de um empreendimento de economia solidária, o domínio sobre a renda amplia a capacidade feminina de decisão no âmbito familiar e coletivo, reposicionando as mulheres como agentes ativas nos processos decisórios (ARAUJO & BARROS, 2024; ARCIPRETE *et al.*, 2025; CASTAÑO *et al.*, 2024; MEDEIROS; CRUZ, 2025; PAULA, 2023; PIZARRO, 2023; RODRIGUES; CENCI, 2025; SANTOS; 2021; SARTINI; SÁNCHEZ, 2021; SOARES *et al.*, 2024). ARAUJO E BARROS (2024), por exemplo, estudam o Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) e destacam que a participação das mulheres no MMIB contribui para o fortalecimento de sua autonomia econômica, política e social, questionando estruturas hierárquicas tradicionais. Nessa categoria, o empoderamento, via economia solidária, não se restringe ao aumento da renda, mas envolve transformações nas relações de poder, na autoconfiança e no reconhecimento social dessas mulheres, corroborando com as afirmações de Baquero (2012), Berth (2019) e Simon e Boeira (2017), gerando o fortalecimento político e a ampliação da agência coletiva das mulheres.

A quarta categoria é denominada empoderamento territorial, refletindo o fato de que mulheres organizadas coletivamente articulam sustentabilidade, pertencimento territorial e transformação comunitária (ARAUJO; BARROS, 2024; ARCIPRETE *et al.*, 2025; BASTIDA *et al.*, 2024; CASTAÑO *et al.*, 2024; HELD; CAMPOS, 2022; PAULA, 2023). Bastida *et al.* (2024) relatam que as mulheres são mais orientadas a objetivos sociais e preocupadas com o bem-estar dos outros do que os homens, por isso são mais atraídas pela economia solidária e preocupadas com práticas sustentáveis. Paula (2023) conta a história da Organização das Mulheres Unidas (OMUS) de um assentamento no interior de São Paulo (Brasil) e demonstra que as estratégias coletivas adotadas por essas mulheres, que passaram a ser reconhecidas como protagonistas do desenvolvimento local, propiciaram o acesso às políticas públicas para todos do assentamento.

Por fim, os estudos indicam que a participação das mulheres na gestão dos empreendimentos de economia solidária revela a categoria do empoderamento sociopolítico. Nessa categoria, estão presentes elementos como a autonomia decisória, o fortalecimento do protagonismo feminino e a representação política (ARCIPRETE *et al.*, 2025; BRANDÃO *et*

al., 2023; PAULA, 2023; MEDEIROS; CRUZ, 2025; PIZARRO, 2023; VASISHTA; SINGLA; 2025). Arciprete *et al.* (2025) relatam a experiência de um projeto de extensão universitária voltado ao empoderamento de costureiras em comunidades vulneráveis, que desenvolveu oficinas de economia, gestão e saúde, conseguindo consolidar a formação da cooperativa e demonstrando o potencial de fortalecimento da organização coletiva na promoção da autonomia feminina. Pizarro (2023) investiga as relações entre interseccionalidade, as práticas políticas e laborais de mulheres membros das cooperativistas vinculadas à *Unión de Trabajadores y Trabajadoras de la Economía Popular* (UTEP) e concluiu que essas mulheres fortaleceram as relações de sororidade, cooperação e organização. Concomitantemente, observa-se que tais experiências também favorecem a ocupação de espaços de representação política e institucional, ampliando a visibilidade das mulheres em conselhos, fóruns e instâncias decisórias locais (Paula, 2023), possibilitando a construção de uma identidade coletiva empoderada (PIZARRO, 2023).

Cabe ressaltar que as categorias de empoderamento identificadas não se manifestaram de forma isolada, elas articularam-se de forma dinâmica, interdependente e multidimensional. Nesse sentido, o empoderamento relacional-coletivo serviu de base para o desenvolvimento das outras categorias. A partir dessas relações coletivas, surgiu o empoderamento econômico-decisório, considerando que o domínio sobre a renda e a inserção em empreendimentos solidários ampliaram a autonomia financeira e a capacidade decisória das mulheres. Tais experiências impulsionaram o empoderamento sociopolítico, que, ao acontecer em contextos marcados por desigualdades estruturais e vulnerabilidades, convergiu para o empoderamento territorial.

4.1.3 Agenda de pesquisa

A partir dos resultados analisados e das categorias relatadas, foi possível traçar uma agenda de pesquisa que investigue de forma conjunta empoderamento feminino, desenvolvimento sustentável e economia solidária. Tal agenda foi dividida em cinco eixos de investigação: (i) aprofundar as discussões sobre empoderamento feminino envolvendo as dimensões individual e coletiva de forma conjunta a partir de contextos específicos; (ii) estudar as práticas produtivas territorializadas a partir das relações entre empoderamento feminino, trabalho coletivo e sustentabilidade; (iii) compreender como acontecem as dinâmicas internas de gestão dos empreendimentos de economia solidária liderados por

mulheres; (iv) entender as contradições do empoderamento ambivalente e (v) aprofundar os estudos com perspectivas decoloniais.

O primeiro eixo aprofunda as discussões sobre o empoderamento feminino, considerando tanto as dimensões individual quanto coletiva de forma integrada, levando em conta contextos específicos. Evidências de estudos comparativos indicam que o empoderamento feminino apresenta variações conforme o contexto em que ocorre. Em áreas rurais, esse processo tende a enfrentar maiores limitações, em razão da influência de fatores econômicos, educacionais e culturais que condicionam as oportunidades de autonomia, participação e acesso a recursos pelas mulheres (ISHFAQ *et al.*, 2023; SALCEDO *et al.*, 2024).

O segundo eixo diz respeito a estudar as práticas produtivas territorializadas a partir das relações entre empoderamento feminino, trabalho coletivo e sustentabilidade. Os estudos empíricos analisados evidenciam que iniciativas lideradas por mulheres, como agroindústrias familiares, cooperativas extrativistas, associações de pescadoras e movimentos comunitários, articulam dimensões sociais, econômicas e ambientais do desenvolvimento sustentável (ARAÚJO; BARROS, 2024; CASTAÑO *et al.*, 2024; RODRIGUES; CENCI, 2025; SANTOS, 2021; SARTIN; SÁNCHEZ, 2021). Assim, recomenda-se investigar como os saberes locais, as práticas de cuidado com a natureza e a organização solidária contribuem para modelos de desenvolvimento que atendam os ODS.

Em terceiro lugar, indica-se a necessidade de aprofundar a compreensão sobre como acontecem as dinâmicas internas de gestão dos empreendimentos de economia solidária liderados por mulheres e quais diferenciações e aproximações dos liderados por homens. Estudos destacam a relevância da aprendizagem coletiva, da autogestão e da gestão orgânica de conflitos como práticas emancipatórias que fortalecem o empoderamento das mulheres (SOARES *et al.*, 2023; 2024) e de como as mulheres são mais orientadas a objetivos sociais e preocupadas com o bem-estar dos outros do que os homens, trazendo diferenças nas dinâmicas de gestão (BASTIDA *et al.*, 2024).

O quarto eixo refere-se a entender as contradições do empoderamento ambivalente (BARRIOS *et al.*, 2025; CASTIBLANCO-MORENO; DUQUE, 2022), trazendo estudos que incorporem as percepções temporais e a divisão sexual do trabalho às análises sobre empoderamento, economia solidária e desenvolvimento sustentável.

Também aprofundar os estudos com perspectivas decoloniais a partir de um olhar integrador das realidades das diferentes mulheres, ao considerar mulheres quilombolas, indígenas, ribeirinhas e de comunidades tradicionais. Os estudos analisados mostraram que o

empoderamento feminino nesses contextos está diretamente associado à luta pelo território, ao reconhecimento identitário e à resistência a formas históricas de dominação colonial e patriarcal (ARAUJO; BARROS, 2024; CASTAÑO *et al.*, 2024; HELD; CAMPOS, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou compreender, por meio de uma revisão sistemática de estudos publicados entre 2021 e 2025, as relações entre empoderamento feminino, práticas de economia solidária e desenvolvimento sustentável. Para a revisão sistemática, foi adotado o protocolo PRISMA 2020.

Os resultados indicam que a economia solidária se consolida como importante meio de promoção do empoderamento feminino, tanto no campo empírico quanto no teórico. Os estudos analisados mostram que práticas baseadas em organização coletiva, autogestão e participação ampliam o acesso das mulheres aos espaços decisórios e aos recursos produtivos. Esses processos favorecem mudanças nas relações de poder e reforçam concepções críticas que compreendem o empoderamento como fenômeno relacional, processual e politicamente situado. Ademais, os resultados indicam predominância de estudos no contexto do Sul Global, evidenciando esses países, em especial o Brasil, como referências importantes na discussão sobre economia solidária.

O empoderamento feminino, quando articulado à economia solidária, contribui de maneira significativa para o desenvolvimento sustentável, seguindo as definições de Sachs (2002) e Veiga (2019), ao integrar dimensões sociais, econômicas e ambientais. As evidências empíricas analisadas mostram que mulheres organizadas em empreendimentos de economia solidária podem obter benefícios que vão além da geração de renda e inclusão socioprodutiva, mas também fortalecem suas comunidades, existe a valorização dos saberes locais e de práticas sustentáveis na produção.

Entretanto, os achados revelam que as barreiras associadas às desigualdades de gênero, como a sobrecarga do trabalho doméstico, a escassez de tempo, as normas socioculturais restritivas e a falta de acesso à educação e renda persistem, principalmente no meio rural. Tais fatores dificultam o efetivo empoderamento e indicam que a inserção das mulheres em empreendimentos de economia solidária, embora relevante, não é suficiente para garantir processos emancipatórios mais amplos. Por fim, com relação à construção do conhecimento, observa-se certa fragilidade no conjunto de estudos analisados, em decorrência da falta de posicionamento epistemológico e da baixa recorrência de autores.

Do ponto de vista teórico, este artigo contribui ao sistematizar evidências que reforçam a necessidade de compreender o empoderamento feminino como um fenômeno multidimensional, contextual e interseccional, sensível às especificidades territoriais, culturais e históricas. O artigo também contribui ao propor uma tipologia analítica com cinco categorias de empoderamento feminino em contextos de economia solidária e desenvolvimento sustentável. Em termos metodológicos, a revisão sistemática amplia o estado do conhecimento ao integrar estudos qualitativos, quantitativos e mistos, empíricos e revisões de literatura, evidenciando aproximações, distanciamentos e questões ainda pouco exploradas na literatura. Quanto à questão prática, o artigo reúne e organiza resultados que demonstram o potencial transformador da economia solidária tanto para o empoderamento feminino quanto para o desenvolvimento sustentável, porém também traz seus limites e desafios. Nesse sentido, este estudo também contribui para subsidiar a formulação de políticas públicas e práticas sociais comprometidas com a equidade de gênero, a justiça social e a sustentabilidade.

Porém são apresentadas limitações dessa pesquisa, como o fato de a revisão sistemática se basear exclusivamente em artigos científicos publicados em periódicos indexados e disponíveis apenas nas três bases de dados selecionadas. Acrescenta-se que, o recorte temporal adotado (2021-2025), mesmo sendo apropriado ao objetivo, pode ter excluído pesquisas anteriores centrais para a compreensão do fenômeno. A predominância de pesquisas qualitativas e de estudos de caso territorialmente situados também pode implicar certa limitação para a generalização dos achados, embora evidencie a relevância da contextualização e da análise aprofundada dos processos sociais investigados.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, S. (2022). Unbundling female empowerment. *Canadian Journal of Economics/Revue canadienne d'économie*, 55 (4), 1671–1701.
- ANDERSON, S. (2024). The complexity of female empowerment in India. *Studies in Microeconomics*, 12 (1), 74–92.
- ARAUJO, D. N; BARROS, J. N. (2024). Desenvolvimento sustentável e o Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB). *Revista de Administração Contemporânea*, 28, e240175.
- ARCIPRETE, A. P. R *et al.* (2025). Desenvolvimento sustentável e empoderamento feminino em comunidades vulnerabilizadas: Um relato de experiência. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 78, e20240335.

BAQUERO, R. V. A. (2012). Empoderamento: Instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. **Revista Debates**, 6 (1), 173–173.

BARDIN, L. (2016). Análise de conteúdo. Edições 70.

BARRIOS, A., TABORDA, R; RUEDA, X. (2025). Time poverty: An unintended consequence of women participation in farmers' associations. **Social Indicators Research**, 178 (1), 225–253.

BASTIDA, M *et al.* (2024). Women leading the charge in the social and solidarity economy: A snapshot of gender perceptions of entrepreneurship. **Annals of Public and Cooperative Economics**, 96 (2), 201–223.

BERTH, J. (2019). Empoderamento: Feminismos plurais. Pólen.

BRANDÃO, T. F. B., BARBOSA, L. C. B. G; BERGAMASCO, S. M. P. P. (2022). Organização social e gestão associativa rural entre mulheres no semiárido sergipano. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 61 (2), e249024.

BUENO, S. (Coord.). (2025). Visível e invisível: A vitimização de mulheres no Brasil (5ª ed.). Fórum Brasileiro de Segurança Pública; **Datafolha Instituto de Pesquisa**. <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/269>

CASTIBLANCO-MORENO, S. E; DUQUE, J. A. P. (2022). Female empowerment and community-based productive associations: A systematic literature review. **Acta Colombiana de Psicología**, 25 (1), 9–27.

CORNWALL, A. (2018). Além do “empoderamento light”: Empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global. **Cadernos Pagu**, (52), e185202.

DOEPKE, M; TERTILT, M. (2019). Does female empowerment promote economic development? **Journal of Economic Growth**, 24 (4), 309–343.

DURAND, M. K *et al.* (2021). Possibilidades e desafios para o empoderamento feminino: Perspectivas de mulheres em vulnerabilidade social. **Escola Anna Nery**, 25, e20200524. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0524>

GUARNIERI, E; RAINER, H. (2021). Colonialism and female empowerment: A two-sided legacy. **Journal of Development Economics**, 151, 102666.

HELD, T. M. R; CAMPOS, I. G. (2022). Quilombola women and the struggle for territory from the perspective of decolonial feminism. **Revista Katálisis**, 25 (3), 560–569.

ISHFAQ, S., ABEDULLAH; KOUSER, S. (2023). Measurement and determinants of rural women's empowerment in Pakistan. **Global Social Welfare**, 10 (2), 139–152.

LAVILLE, J; SILVA, J. T. (2024). A economia solidária além da questão do trabalho. **Cadernos EBAPE.BR**, 22 (3), e2023-0029.

MEDEIROS, K. A. H; CRUZ, C. (2025). Economia solidária e emancipação de mulheres: Um estado do conhecimento. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, 1 (25), 17066–17066.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. (2015). **Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. (2021). Ativistas brasileiras participam das duas etapas do Fórum Geração Igualdade. **ONU Mulheres**. <http://www.onumulheres.org.br/noticias/ativistas-brasileiras-participam-das-duas-etapas-do-forum-geracao-igualdade/>

PAGE, M. J., MCKENZIE, J. E., BOSSUYT, P. M., BOUTRON, I., HOFFMANN, T. C., MULROW, C. D., SHAMSEER, L., TETZLAFF, J. M., AKL, E. A., BRENNAN, S. E., CHOU, R., GLANVILLE, J., GRIMSHAW, J. M., HRÓBJARTSSON, A., LALU, M. M., LI, T., LODER, E. W., MAYO-WILSON, E., MCDONALD, S., ...

MOHER, D. (2023). A declaração PRISMA 2020: Diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. **Revista Panamericana de Salud Pública**, 46, e112.

PAGE, N; CZUBA, C. E. (1999). Empowerment: What is it? **Journal of Extension**, 37 (5), n5.

PIZARRO, T. M. (2023). Pan, tierra y trabajo. Un estudio de las cooperativistas de la Economía Popular em Rawson, San Juan (Argentina). ReHuSo: **Revista de Ciencias Humanísticas y Sociales**, 8 (1), 162–183.

RODRIGUES, J. C., & CENCI, A. (2025). Agroindústria Padaria da Terra no Assentamento Valmir Mota de Oliveira em Cascavel-PR: Inovação e empoderamento feminino na produção de alimentos para alimentação escolar. **Revista NERA**, 28 (2), e10351.

SACHS, I. (2002). Caminhos para o desenvolvimento sustentável. **Garamond**.

SALCEDO, M *et al.* (2024). Measuring multidimensional women's empowerment with data from partnered women across 45 low- and middle-income countries. **Social Indicators Research**, 176(3), 1093–1119. <https://doi.org/10.1007/s11205-024-03505-6>

SANTOS, K. P. (2021). As mulheres da Castanha do Alto Cajari: O empoderamento pela economia solidária. **Ambiente & Sociedade**, 24, e00661.

SARTINI, I; SÁNCHEZ, F. C. (2021). Community organization and empowerment of women: The Mujeres Pescadoras del Manglar cooperative in Oaxaca, Mexico. **Social Work**, 66 (4), 307–316.

SEN, G. (1997). **Empowerment as an approach to poverty**. In Poverty and human development (pp. 175–194).

SIMON, V. P; BOEIRA, S. L. (2017). Economia social e solidária e empoderamento feminino. **Ciências Sociais em Revista**, 53 (3), 532–542.

SINGER, P. (2002). Introdução à economia solidária. **Fundação Perseu Abramo**.

SOARES, M. N. M., REBOUÇAS, S. M. D. P; LÁZARO, J. C. (2023). A aprendizagem coletiva e em rede desenvolvida em empreendimentos formados por mulheres da economia solidária: Uma análise pós-colonialista sobre uma prática feminista de autogestão. **Organizações & Sociedade**, 30, 496–523.

SOARES, M. N. M., REBOUÇAS, S. M. D. P; LÁZARO, J. C. (2024). A gestão orgânica de conflitos desenvolvida em empreendimentos formados por mulheres da economia solidária: Uma análise pós-colonialista sobre uma prática feminista de autogestão. **Cadernos EBAPE.BR**, 22, e2023-0010.

SOLER-I-MARTÍ, R *et al.* (2021). The social and solidarity economy: An opportunity for young women's work transitions. **Young**, 29(5), 529-548.

VEIGA, J. E. (2019). O desenvolvimento sustentável: O desafio do século XXI (3ª ed.). **Garamond**.

VASISHTA, P; SINGLA, A. (2025). Self-help groups and women empowerment: developing a framework for sustainability of SHGs. **International Journal of Social Economics**, 52(12), 1725-1740.

VENTURA, A. M *et al.* (2021). Women's empowerment, research, and management: Their contribution to social sustainability. **Sustainability**, 13 (22), 12754. <https://doi.org/10.3390/su132212754>

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT [WCED]. (1987). Our common future. **Oxford University Press**.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

MARRA, A. V; MARRA, R. V; SOUZA, M. M. P; ANJOS, V. P. Mulheres, Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável: Uma Revisão Sistemática. **Rev. FSA**, Teresina, v. 23, n. 8, art. 3, p. 48-71, ago. 2026.

Contribuição dos Autores	A. V. Marra	R. V. Marra	M. M. P. Souza	V. P. Anjos
1) concepção e planejamento.	X	X	X	
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X	
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X	X